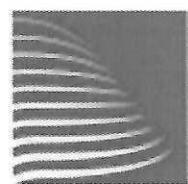


**Anexo às Demonstrações  
Financeiras ESNL**



**FUNDAÇÃO  
MARIA ROSA**

**Dezembro de 2022**

*W.Mel  
R.Camões  
C.J.*

## 1 Identificação da entidade

### 1.1 Dados de identificação

**Designação da entidade:** Fundação M<sup>a</sup> Rosa de Mello e Faro. C Borges da Gama e Filhos

**Sede social:** Quinta do Carvalho – Lugar Fontelas, 5050-027 Fontelas (Vila Real)

**Natureza da atividade:** Prossegue fins científicos, culturais e educativos para melhoria da vitivinicultura e engrandecimento da Região do Douro, bem como fins de beneficência e de solidariedade social.

## 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro. Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

#### 2.1.1 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

*M&P  
Resumos  
CJ*

### 2.1.2 Pressuposto do acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

### 2.1.3 Consistência e agregação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 2.1.4 Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

### 2.1.5 Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pelas NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflete a substância da transação ou outro acontecimento,

*WEP & Pessoas*

compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

#### **2.1.6 Informação Comparativa**

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-PE o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

#### **2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras**

Não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL, tendo em vista a necessidade de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo do passivo e dos resultados da empresa.

#### **2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias elativas ao período anterior que tenham sido**

Não existem contas de Balanço ou de Demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

*8/7  
Melf  
PLOS JMAS*

### 3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

#### 3.1 Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

##### 3.1.1 Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

##### 3.1.2 Ativos fixos tangíveis

A aquisição dos bens dos ativos fixos tangíveis por doação proveniente do Testamento outorgado em 2009, (constituído por Edifícios urbanos geradores de renda e edificações inseridas nos prédios rústicos) estão mensurados ao justo valor, o qual passou a ser custo considerado. Tal proveio de avaliação efetuada por avaliador independente para instruir o processo do Reconhecimento na Presidência do Conselho de Ministros.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após o reconhecimento da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/construção.

*Rodrigo  
Mafra  
V.  
AC*

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	47
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	2
Outros ativos fixos tangíveis	8

A estimativa da vida útil é reavaliada todos os anos, com as correspondentes correções aos valores líquidos, caso aplicável.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

### 3.1.3 Ativos Intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

*WMEKF  
Ribeiro  
10*

Nos casos de ativos intangíveis, com vida útil indefinida, é amortizada num período máximo de 10 anos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3

### **3.1.4 Ativos Biológicos**

Os ativos biológicos encontram-se mensurado, no reconhecimento inicial e em cada data de balanço, pelo seu justo valor menos os custos de alienação (que são os custos incrementais diretamente atribuíveis à alienação de um ativo, excluindo os gastos de financiamento e os gastos de impostos sobre o rendimento).

### **3.1.5 Imposto sobre o rendimento**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades conexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A isenção referida não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários.

### **3.1.6 Inventários**

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

*Melhor  
Ribeiro*

### **3.1.7 Instrumentos Financeiros**

#### ***3.1.7.1 Créditos a receber***

As contas de “Créditos a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal (custo) diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas refletem o seu valor realizável líquido.

#### ***3.1.7.2 Caixa e depósitos bancários***

Este item inclui a rubrica caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

#### ***3.1.7.3 Fornecedores e outras contas a pagar***

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

#### ***3.1.7.4 Financiamentos Bancários***

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

#### ***3.1.7.5 Locações***

*Will & Reimann*

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 – Locações, reconhecendo a ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estes inerentes.

### **3.1.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.1.9 Rérito e regime do acréscimo**

O rérito relativo a vendas, prestação de serviços, juros, dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Instituição é reconhecido pelo valor livremente fixados entre as partes contratantes.

O rérito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rérito é



reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O crédito proveniente da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens da propriedade do bem.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

### **3.1.10 Subsídios**

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional (taxa de depreciação do bem).

Os subsídios ao investimento em ativos biológicos relevados ao justo valor são contabilizados em resultados em conformidade com a NCRF-17.

### **3.1.11 Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela mesa administrativa.

*W.Mel S.  
Ricardos J.  
Y. P.*

São ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

### **3.1.12 Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### **3.1.13 Provisões, Passivos contingente e Ativos contingentes**

São reconhecidas provisões quando, e somente quando exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado e seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas à data do balanço, e ajustadas de forma a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Mep &  
Ricardo  
10

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

### 3.1.14 Imparidade de ativos

À data do balanço, é efetuada uma avaliação dos indícios de imparidade dos ativos.

Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Perdas por Imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual numa base sistemática, durante a vida útil remanescente. Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado é efetuada nova imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

*Wllop &  
Rozimás. f.  
v.  
10*

**a) Outras políticas contabilísticas;**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

**b) Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a empresa intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Os eventos ocorridos após a data de balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

**c) Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

As estimativas e os pressupostos foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospectiva.

Principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras:

- Vida útil de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análise de imparidade de ativos;
- Determinação do justo valor dos ativos biológicos;



**3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.**

No presente período económico, a entidade não procedeu a nenhuma alteração às políticas contabilísticas implementadas.

**3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.**

No presente período económico não se verificaram alterações às estimativas contabilísticas adotadas pela entidade.

**3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.**

No presente período económico não foram detetados erros de períodos anteriores.

**3.5 — Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL**

O conjunto dos normativos que integram o SNC foram seguidos na elaboração das demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

A Fundação não apresenta impactos nas suas demonstrações financeiras que necessitem de relato adicional referente à adoção pela primeira vez das NCRF.

A adoção das NCRF não teve qualquer impacto ao nível dos Fluxos de Caixa.

MMP &  
Ribeirão Preto  
Y.  
AO

## 4 Fluxos de caixa

### 4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Ano 2022				
Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	855,47	12 093,70	12 328,38	620,79
Depósitos à Ordem	46 551,59	1 673 344,89	1 307 241,21	412 655,27
Saldo no final do período	47 407,06	1 685 438,59	1 319 569,59	413 276,06

Os elementos constantes do caixa e seus equivalentes encontram-se todos disponíveis para uso.

Ano 2021				
Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 096,21	8 328,70	8 569,44	855,47
Depósitos à Ordem	14 646,22	1 662 938,63	1 631 033,26	46 551,59
Outros Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no final do período	15 742,43	1 671 267,33	1 639 602,70	47 407,06

## 5 Partes Relacionadas

### 5.1 Partes Relacionadas

São Partes relacionadas e pessoal chave da gestão os seguintes membros da Administração da FUNDAÇÃO:

- Maria José Pais Pires de Lima da Cunha Coutinho (Presidente)
- Rosa Maria Rodrigues da Gama Imaginário (Vogal)
- Maria Pires Lima Cunha Coutinho Vilaça Carneiro (Vogal)
- Vasco Barbosa Gama da Cunha Coutinho (Vogal)
- Carlos Maria Tavares da Cunha Coutinho (Vogal)

## **6 Ativos fixos tangíveis**

### **6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:**

Ano 2022							
Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios em prédios rústicos	Edifícios Urbanos	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento de administrativo	Outros AFT
<b>Quantia Bruta Escriturada Inicial</b>	<b>2 086 780,80</b>	<b>557 653,93</b>	<b>5 981 176,40</b>	<b>257 500,93</b>	<b>96 955,28</b>	<b>10 261,50</b>	<b>35 840,20</b>
Depreciações Acumuladas Iniciais		2 260,20	1 352 152,11	121 579,23	43 203,50	8 314,35	680,00
<b>Quantia Líquida Escriturada Inicial</b>	<b>2 086 780,80</b>	<b>555 393,73</b>	<b>4 629 024,29</b>	<b>135 921,70</b>	<b>53 745,78</b>	<b>1 947,15</b>	<b>35 160,20</b>
<b>Movimentos do Período</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-18 550,20</b>	<b>-49 150,77</b>	<b>-38 364,57</b>	<b>-1 289,08</b>	<b>0,00</b>
<b>Total de Adições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>125 855,91</b>	<b>4 057,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Aquisições em 1º mão		0,00	125 855,91	4 057,52	0,00	0,00	0,00
Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total de Diminuições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>144 406,11</b>	<b>53 208,29</b>	<b>38 364,57</b>	<b>1 289,08</b>	<b>0,00</b>
Depreciações		0,00	144 406,11	53 208,29	38 364,57	1 289,08	0,00
Abates		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Quantia Líquida Escriturada Final</b>	<b>2 086 780,80</b>	<b>555 393,73</b>	<b>4 610 474,09</b>	<b>86 770,93</b>	<b>15 383,21</b>	<b>658,07</b>	<b>35 160,20</b>
							<b>7 752,05</b>
							<b>7 398 371,08</b>

*W.M.P.S  
2022/2023*  
17

*Rosâmas*  
*Wesley*  
*J.*

18

		Ano 2021						
Descrição	Edifícios em prédios rústicos	Edifícios Urbanos	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em Curso	TOTAL
<b>Quantia Bruta Escriturada inicial</b>	<b>555 320,13</b>	<b>8 836 582,87</b>	<b>216 733,63</b>	<b>72 345,28</b>	<b>8 945,53</b>	<b>35 840,20</b>	<b>7 752,05</b>	<b>9 733 519,69</b>
Depreciações Acumuladas iniciais	7 109,43	2 088 202,24	103 993,95	33 173,42	7 121,18	680,00	0,00	2 240 280,22
<b>Quantia Líquida Escriturada Inicial</b>	<b>548 210,70</b>	<b>6 748 380,63</b>	<b>112 739,68</b>	<b>39 171,86</b>	<b>1 824,35</b>	<b>35 160,20</b>	<b>7 752,05</b>	<b>7 493 239,47</b>
<b>Movimentos do Período</b>								
Total das Adições	<b>28 459,11</b>	<b>-53 851,62</b>	<b>23 182,02</b>	<b>14 573,92</b>	<b>122,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12 486,23</b>
Aquisições em 1º mão	<b>33 771,98</b>	<b>166 995,53</b>	<b>40 767,30</b>	<b>24 610,00</b>	<b>1 315,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>267 466,78</b>
Outras	0,00	166 995,53	40 767,30	24 610,00	1 315,97	0,00	0,00	233 688,80
Total de Diminuições	<b>5 312,87</b>	<b>220 847,15</b>	<b>17 585,28</b>	<b>10 036,08</b>	<b>1 193,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>254 974,55</b>
Depreciações	1 697,11	176 462,15	17 585,28	10 036,08	1 193,17	0,00	0,00	206 973,79
Abates	3 615,76	44 385,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48 000,76
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Quantia Líquida Escriturada Final</b>	<b>576 669,81</b>	<b>6 694 529,01</b>	<b>135 921,70</b>	<b>53 745,78</b>	<b>1 947,15</b>	<b>35 160,20</b>	<b>7 752,05</b>	<b>7 505 725,70</b>

**6.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:** a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

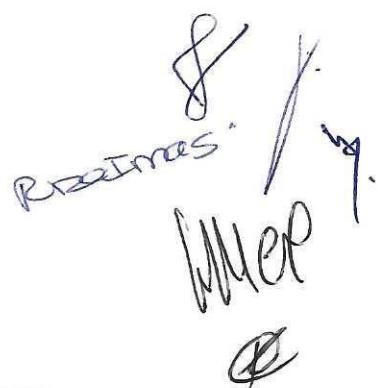
Para garantia de empréstimo contraído em 2022 junto do Banco Santander Totta, foi efetuada hipoteca sobre relacionado a seguir:

1. Prédio urbano, composto por lojas e 4 andares, sito na Rua de Santa Marta, n.º 88, 88A e 88B, freguesia de Coração de Jesus, Conselho de Lisboa, descrito na conservatória do registo predial de Lisboa sob o n.º 814 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 645.

Para garantia de empréstimo contraído em 2019 junto do Banco BPI, foi efetuada hipoteca sobre os prédios relacionados a seguir:

1. Prédio Rústico, sito em Fontainha, Fontelas, Peso da Réguia, composto de vinha da região demarcada do Douro, oliveiras e terreno estéril; inscrito na respetiva matriz sob o artigo 74 da Secção A, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Peso da Réguia sob o número cento e onze, da freguesia de Fontelas, concelho de Peso da Réguia;
2. Prédio Rústico, sito em Prado, Fontelas, Peso da Réguia, composto de vinha da região demarcada do Douro, oliveira, macieiras e culturas arvense de sequeiro; inscrito na respetiva matriz sob o artigo 192 da Secção A, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Peso da Réguia sob o número seiscentos e sessenta, da freguesia de Fontelas, concelho de Peso da Réguia;
3. Prédio Rústico, sito em Fontainha, Fontelas, Peso da Réguia, composto de mato e oliveiras; inscrito na respetiva matriz sob o artigo 76 da Secção A, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Peso da Réguia sob o número cento e doze, da freguesia de Fontelas, concelho de Peso da Réguia;
4. Prédio Rústico, sito em Tinoco ou Carril, Fontelas, Peso da Réguia, composto de vinha da região demarcada do Douro, oliveiras e culturas arvense de sequeiro; inscrito na respetiva matriz sob o artigo 44 da Secção A, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Peso da Réguia sob o número seiscentos e cinqüenta e nove, da freguesia de Fontelas, concelho de Peso da Réguia;

*W.M.P.S.  
Ricardo Imaas  
19*


  
 Ribeiro  
 MCR  
 Q

## **7 Ativos Intangíveis**

### **7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Programas de Computador	Outros activos intangíveis	TOTAL
<b>Quantia Bruta Escriturada Inicial</b>	<b>2 681,00</b>	<b>9 527,62</b>	<b>12 208,62</b>
Depreciações Acumuladas iniciais	2 681,00		2 681,00
<b>Quantia Liquida Escriturada Inicial</b>	<b>0,00</b>	<b>9 527,62</b>	<b>9 527,62</b>
<b>Movimentos do Período</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total de Adições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Aquisições em 1º mão	0,00		0,00
Outras	0,00	0,00	0,00
<b>Total de Diminuições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Depreciações		0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00
<b>Quantia Liquida Escriturada Final</b>	<b>0,00</b>	<b>9 527,62</b>	<b>9 527,62</b>

## **8 Agricultura**

### **8.1 Identificação das categorias de ativos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor e ao custo, respetiva quantia total escriturada e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.**

Os bens constituídos por vinhas situadas no Alto Douro e na região de Vinhos Verdes de Penafiel estão classificados em Ativos Biológicos, e estão valorizados ao Justo Valor.

Em 2014 todos os Ativos Biológicos de produção (vinha) foram reavaliados tendo em conta o rendimento real, em vez do potencial, de que resultou uma desvalorização dos mesmos em € 1.198.979,13.

A capacidade potencial será só atingível através de investimentos de replantação, a serem efetuados nos próximos anos, aproveitando os Fundos Comunitários.


  
 Resposta  
 M. M. M. P.

## 8.2 Justo valor e alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados, para cada categoria de ativos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor

Em 2021 o Justo Valor dos ativos biológicos de produção foi atualizado em €104.849,33 pela incorporação dos investimentos do ano.

Em 2022 o Justo Valor dos ativos biológicos de produção foi atualizado em €264.517,13 pela incorporação dos investimentos do ano.

## 8.3 Divulgações sobre ativos biológicos, conforme quadro seguinte:

Ano 2022				
Descrição	Ativos Biológicos não correntes	Ativos Biológicos correntes	Ativos Biológicos Em curos	TOTAL
Quantia Bruta Escriturada Inicial	3 873 432,04	2 250,00	50 642,58	3 926 324,62
Depreciações Acumuladas iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00
 Quantia Liquida Escriturada Inicial	 3 873 432,04	 2 250,00	 50 642,58	 3 926 324,62
 Movimentos do Período	 -321 800,04	 0,00	 34 292,80	 -287 507,24
Total de Adições	229 668,63	0,00	34 292,80	263 961,43
Aquisições em 1º mão		0,00	34 292,80	34 292,80
Ganhos por aumento do justo valor	229 668,63	0,00	0,00	229 668,63
Total de Diminuições	551 468,67	0,00	0,00	551 468,67
Depreciações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	57 282,91	0,00	0,00	57 282,91
Diminuições por redução justo valor	494 185,76	0,00		494 185,76
 Quantia Liquida Escriturada Final	 3 551 632,00	 2 250,00	 84 935,38	 3 638 817,38

Ano 2021				
Descrição	Ativos Biológicos não correntes	Ativos Biológicos correntes	Ativos Biológicos Em curos	TOTAL
Quantia Bruta Escriturada Inicial	3 533 226,13	2 250,00	490 290,51	4 025 766,64
Depreciações Acumuladas iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00
 Quantia Liquida Escriturada Inicial	 3 533 226,13	 2 250,00	 490 290,51	 4 025 766,64
 Movimentos do Período	 340 205,90	 0,00	 -439 647,92	 -99 442,02
Total de Adições	560 242,21	0,00	102 721,46	662 963,67
Aquisições em 1º mão	55 859,26	0,00	102 721,46	158 580,72
Outras	504 382,95	0,00	0,00	504 382,95
Total de Diminuições	220 036,31	0,00	542 369,38	762 405,69
Depreciações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	115 186,95	0,00		115 186,95
Outras			542 369,38	542 369,38
Diminuições por redução justo valor	104 849,36	0,00		104 849,36
 Quantia Liquida Escriturada Final	 3 873 432,03	 2 250,00	 50 642,59	 3 926 324,62

**9 Subsídios do Governo e Apoios do Governo**

*Rosângela  
Willy*

**9.1 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:**

Descrição	2022	2021	Variação	2022	2021	Variação
	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Total		Do Estado - Valor Imputado Período	Do Estado - Valor Imputado Período	
<b>Subsídios ao investimento</b>						
Para ativos fixos tangíveis	250,04	249,96	0,08	250,00	250,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	250,04	249,96	0,08	250,00	250,00	0,00
Para ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração						
<b>Valor dos reembolsos efectuados no período</b>						
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	64 765,88	13 924,45	50 841,43	13 924,45	64 765,88	-50 841,43
<b>Total</b>	<b>64 765,88</b>	<b>13 924,45</b>	<b>50 841,43</b>	<b>13 924,45</b>	<b>64 765,88</b>	<b>-50 841,43</b>

**10 Inventário**

**10.1 Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas**

Descrição	2022	2021	Variação
	Mat. Primas Subsid. E de Consumo	Total	
<b>APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS</b>			
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00 0,00
Compras	23 042,89	23 042,89	41 770,04 -18 727,15
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00 0,00
Inventários finais	0,00	0,00	0,00 0,00
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>23 042,89</b>	<b>23 042,89</b>	<b>41 770,04 -18 727,15</b>

*Rosimais Jy  
MLP*

## 11 Locações

Descrição	2022		2021		Variação
	Activos fixos tangíveis	Total	Activos fixos tangíveis	Total	
<b>Valor Bruto</b>					
Quantia Bruta Escriturada Final	80 288,62	80 288,62	80 288,62	80 288,62	0,00
Amortizações/Depreciações Acumuladas	51 789,17	51 789,17	26 542,83	26 542,83	25 246,34
<b>Quantia Líquida Escriturada Final</b>	<b>28 499,45</b>	<b>28 499,45</b>	<b>53 745,79</b>	<b>53 745,79</b>	<b>-25 246,34</b>
<b>Total dos futuros pagamentos mínimos</b>	<b>20 431,00</b>	<b>20 431,00</b>	<b>36 720,52</b>	<b>36 720,52</b>	<b>-16 289,52</b>
Até um ano	13 211,53	13 211,53	18 371,80	18 371,80	-5 160,27
De um a cinco anos	7 219,47	7 219,47	18 348,72	18 348,72	-11 129,25
Mais de cinco anos		0,00		0,00	0,00

As locações existentes são referentes a equipamentos de transporte.

## 12 Custos de Empréstimos Obtidos

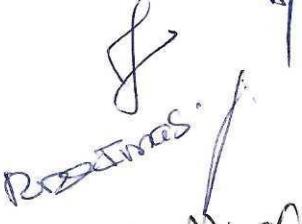
### 12.1 Custos de Empréstimos Obtidos Capitalizados por Tipo de Empréstimo

Descrição	2022	2021	2022		2021	
	Valor Contratual do Empréstimo	Valor Contratual do Empréstimo	Total	Juros	Total	Juros
<b>Empréstimos Genéricos</b>						
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	923 816,68	525 064,40	19 357,42	12 461,38	25 047,27	10 082,03
<b>Empréstimos Específicos</b>						
Participantes de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Participantes - Suprimentos e Outros Mutuos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>923 816,68</b>	<b>525 064,40</b>	<b>19 357,42</b>	<b>12 461,38</b>	<b>25 047,27</b>	<b>10 082,03</b>

### 12.2 Maturidade dos empréstimos bancários

Tipo de Contrato	TOTAL	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos Obtidos	903 385,68	8 566,00	101 205,00	793 614,68
Locações Financeiras	20 431,00	13 211,00	7 220,00	0,00

### 13 Acontecimentos após a data do Balanço


De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade do ano de 2022 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, podendo ser alteradas na Assembleia Geral.

Não existem acontecimentos ocorridos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

### 14 Imposto sobre o rendimento

Descrição	2022	2021	Variação
	Valor	Valor	
<b>Resultado antes de impostos do período</b>	<b>-243 826,58</b>	<b>-434 060,87</b>	<b>-190 234,29</b>
Imposto corrente	0,00	3 192,45	3 192,45
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>0,00</b>	<b>3 192,45</b>	<b>3 192,45</b>
Tributações autónomas	608,68	1 441,78	833,10
Taxa efectiva de imposto	-0,25%	-1,07%	-0,82%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-243 826,58</b>	<b>-437 253,32</b>	<b>-193 426,74</b>

### 15 Instrumentos Financeiros

#### 15.1 Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte

Descrição	2022			2021			Variação
	Perdas por imparidade	Rev. Perdas Imparidade	Valor Líquido	Perdas por imparidade	Rev. Perdas Imparidade	Valor Líquido	
Dívidas a receber de clientes	11 515,97	2 167,24	9 348,73	12 948,53	1 432,56	11 515,97	-2 167,24
Outras dívidas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrumentos de capital próprio e outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras perdas por imparidade em activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>11 515,97</b>	<b>2 167,24</b>	<b>9 348,73</b>	<b>12 948,53</b>	<b>1 432,56</b>	<b>11 515,97</b>	<b>-2 167,24</b>

**15.2 Ativos e Passivos Financeiros correntes conforme quadro seguinte:**

Descrição	2022	2021	Variação
	Mensurados ao custo	Mensurados ao custo	
<b>Activos financeiros:</b>	<b>166 706,28</b>	<b>33 621,30</b>	<b>133 084,98</b>
Clientes	152 296,82	25 447,53	126 849,29
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00	0,00
Accionistas/Sócios	0,00	0,00	0,00
Créditos a receber	14 409,46	8 173,77	6 235,69
<b>Passivos financeiros:</b>	<b>1.104 613,21</b>	<b>744 636,98</b>	<b>359 976,23</b>
Fornecedores	96 278,46	174 863,68	-78 585,22
Adiantamentos a Clientes	12 500,00	12 500,00	0,00
Financiamentos Obtidos	924 163,05	488 343,88	435 819,17
Outras passivos correntes	71 671,70	68 929,42	2 742,28

**16 Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal**

**16.1 Pessoas ao Serviço e horas trabalhadas**

Descrição	2021		2021		Variação	
	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa	24,00	42 240,00	20,00	34 240,00	4,00	8 000,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário						
Pessoas a tempo completo	24,00	42 240,00	20,00	34 240,00	4,00	8 000,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo						
Masculino	8,00	14 080,00	6,00	10 680,00	2,00	3 400,00
Feminino	16,00	28 160,00	14,00	21 696,00	2,00	6 464,00

## 16.2 Gastos com o Pessoal

Descrição	2022 Valor	2021 Valor	Variação
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>386 155,65</b>	<b>294 773,44</b>	<b>93 532,01</b>
Remunerações dos Orgãos Sociais			
Remunerações do Pessoal	322 271,56	241 901,95	80 369,61
Benefícios pós emprego			0,00
Indemnizações	0,00	2 149,80	0,00
Encargos sobre remunerações	61 074,96	47 915,82	13 159,14
Seguros de acidentes de trabalho	2 809,13	2 327,20	481,93
Outros gastos com o pessoal	0,00	478,67	-478,67

## 17 Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
<b>Fundos</b>	<b>13 661 415,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13 661 415,36</b>
Reservas legais	1 664,73	0,00	0,00	1 664,73
<b>Resultados transitados</b>	<b>(2 068 467,82)</b>	<b>437 888,07</b>	<b>0,00</b>	<b>(2 506 355,89)</b>
Excedentes de revalorização	(384 767,75)	0,00	0,00	(384 767,75)
Outras Variações no capital próprio	60 224,04	250,04	0,00	59 974,00
<b>Total</b>	<b>11 270 068,56</b>	<b>438 138,11</b>	<b>0,00</b>	<b>10 831 930,45</b>

## 18 Divulgações exigidas por diplomas legais

### 18.1 Informação por atividade económica

Descrição	2022		2021		Variação
	Actividade CAE 3 01210/68200	Total	Actividade CAE 3 01210/68200	Total	
<b>Vendas</b>	<b>232 108,17</b>	<b>232 108,17</b>	<b>139 499,32</b>	<b>139 499,32</b>	<b>92 608,85</b>
De Produtos Acabados		0,00		0,00	0,00
Produtos Acabados e Intermédios, Sub-produtos e Desperdícios	232 108,17	232 108,17	139 499,32	139 499,32	92 608,85
<b>Prestações de serviços</b>	<b>5 109,80</b>	<b>5 109,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 109,80</b>
<b>Compras</b>	<b>23 042,89</b>	<b>23 042,89</b>	<b>41 770,04</b>	<b>41 770,04</b>	<b>-18 727,15</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>204 789,20</b>	<b>204 789,20</b>	<b>183 169,66</b>	<b>183 169,66</b>	<b>21 619,54</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>23 042,89</b>	<b>23 042,89</b>	<b>41 770,04</b>	<b>41 770,04</b>	<b>-18 727,15</b>
Mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	23 042,89	23 042,89	41 770,04	41 770,04	-18 727,15
<b>Variação nos Inventários de Produção</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Número Médio de Pessoas ao Serviço</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>4</b>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>234 439,19</b>	<b>234 439,19</b>	<b>292 622,94</b>	<b>292 622,94</b>	<b>-58 183,75</b>
Remunerações	234 439,19	234 439,19	241 901,25	241 901,25	-7 462,06
Outros		0,00	50 721,69	50 721,69	-50 721,69
<b>Activos fixos tangíveis</b>	<b>7 398 371,08</b>	<b>7 398 371,08</b>	<b>7 505 725,70</b>	<b>7 505 725,70</b>	<b>0,00</b>
Quantia Escriturada Final	7 398 371,08	7 398 371,08	7 505 725,70	7 505 725,70	0,00
<b>Total de Aquisições</b>	<b>129 913,43</b>	<b>129 913,43</b>	<b>233 688,80</b>	<b>233 688,80</b>	<b>0,00</b>
Das quais Edifícios e Outras Construções	125 855,91	125 855,91	166 955,53	166 955,53	0,00
Adições no Período de Ativos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Propriedades de investimento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 18.2 Informação por mercado Geográfico

Descrição	2022			2021	Variação
	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário		
<b>Vendas</b>	<b>232 108,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>232 108,17</b>	<b>139 499,32</b>
<b>Prestações de serviços</b>	<b>22 715,18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22 715,18</b>	<b>0,00</b>
<b>Compras</b>	<b>23 042,89</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23 042,89</b>	<b>41 770,04</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>217 093,58</b>	<b>6 686,37</b>	<b>0,00</b>	<b>223 779,95</b>	<b>183 169,66</b>
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>327 284,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>327 284,22</b>	<b>416 044,58</b>

Ricardo  
Welf J.  
W. M.

## 19 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 19.1 Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2022, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como se segue:

Banco	Tipo	Valor
Banco BPI	Outros avales e garantias bancárias prestadas	62 199,78
	Total	<b>62. 199,78</b>

Rose Imps  
Whele J.  
Y. A.

## 19.2 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, foi a seguinte:

62	PLANO DE CONTAS	DESCRÍÇÃO		Total	Total
		YTD - 2022	YTD - 2021		
621	Subcontratos	-53 770,16	-39 011,30		
622	Serviços especializados	-107 217,79	-90 549,39		
6221	Trabalhos especializados	-61 498,13	-36 025,47		
6223	Vigilância e segurança	-1 770,94	-1 743,57		
6224	Honorários	-3 100,28	-36 553,75		
6225	Comissões	-950,30	0,00		
6226	Conservação e reparação	-29 437,52	-15 790,26		
6228	Outros	-84,15	0,00		
623	Materiais	-9 159,77	-8 693,18		
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-5 053,61	-3 036,84		
6232	Livros e documentação técnica	-3,19	0,00		
6233	Material de escritório	-3 686,36	-1 510,91		
6234	Artigos para oferta	-250,00	-395,25		
6238	Outros	-19,44	-3 750,18		
624	Energia e fluidos	-22 804,90	-19 030,56		
6241	Electricidade	-2 952,86	-3 598,68		
6242	Combustíveis	-17 558,43	-14 786,23		
6243	Água	-1 865,52	-636,15		
6248	Outros	0,00	-9,50		
625	Deslocações, estadas e transportes	-15 112,72	-6 052,60		
6251	Deslocações e estadas	-11 934,50	-6 052,60		
6252	Transportes de pessoal	-1 016,85	0,00		
6258	Outros	-7,60	0,00		
626	Serviços diversos	-15 714,61	-19 832,63		
6261	Rendas e alugueres	-5 400,00	-6 354,90		
6262	Comunicação	-1 859,61	-1 779,30		
6263	Seguros	-4 704,96	-5 636,35		
6265	Contencioso e Notariado	-1 017,14	-2 411,12		
6266	Despesas de representação	-271,67	-726,79		
6267	Limpeza, higiene e conforto	-2 461,23	-2 593,82		
6268	Outros serviços	0,00	-330,35		
<b>Total</b>		<b>-223 779,95</b>	<b>-183 169,66</b>		

### 19.3 Outros rendimentos

Ricardo Inamas

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

78	PLANO DE CONTAS	DESCRÍÇÃO		Total	Total
		YTD - 2022	YTD - 2021		
7811	Donativos	0,00	194,00		
7816	Outros rendimentos suplementares	0,00	15 323,93		
7817	Donativos	588,73	0,00		
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	218,28	0,60		
786	Rendimentos e ganhos nos restantes ativos	0,00	11 677,84		
7871	Alienações	62 499,96	7 388,55		
7873	Rendas e outros rend. em propr. de investimento	327 284,22	318 555,86		
7879	Reavaliação JV AB	0,00	22 798,76		
7881	Correcções relativas a exercícios anteriores	4,00	0,00		
7882	Excesso da estimativa para imposto	0,00	1 206,20		
7883	Imputação de subsídios para investimentos	250,04	249,96		
7886	Subsídios relacionados com ativos biológicos	0,00	25 422,51		
7887	Diferenças de cambio favoraveis	6 335,00	0,00		
7888	Outros não especificados	242 331,75	13 226,37		
Total		639 511,98	416 044,58		

### 20 Outras Divulgações

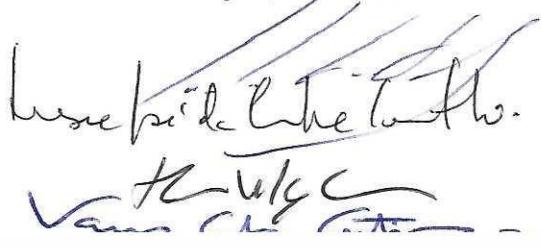
Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2022 foi de €5 400 tendo sido o mesmo valor no ano 2021.

A Administração informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Artigo 210º do Código Contributivo (lei nº 110/2009 de 16 de setembro), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 05 de Maio de 2023.

Administração / Gerência



  
Contabilista Certificado